



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ TÉCNICO DE MOBILIDADE DA REGIÃO METROPOLITANA
BELO HORIZONTE – 04/03/2021**

Aos quatro dias de março de 2021, os convidados para Reunião ordinária do Comitê Técnico de Mobilidade da RMBH se reuniram às 14:00 horas, em sala virtual da plataforma Meet Google (<https://meet.google.com/ebf-jdjz-gyk>) para tratar da seguinte pauta: Plano de Mobilidade da RMBH, Convênio 597/2018 e Regimento do Comitê Técnico de Mobilidade.

Após a apresentação dos presentes e da palavra de abertura da Sra. Mila Batista, Diretora-Geral da Agência RMBH e do Sr. Fernando Marcato, Secretário de Estado de Infraestrutura de Minas Gerais - SEINFRA, o Sr. Charliston Moreira, Diretor de Planejamento Metropolitano da Agência RMBH, inicia a apresentação (disponível no site da Agência RMBH) dividida em três grandes temas da pauta. Para organização da reunião virtual, foi combinado que após a explanação de cada tema seria aberto um momento para debate, desta forma os participantes deveriam manifestar o desejo de falar no chat e aguardar a sua vez.

Acompanha esta Ata a lista de Presença e os slides das apresentações realizadas.

Contextualização Comitê Técnico de Mobilidade da RMBH

Com o objetivo de nivelar o entendimento dos participantes em relação ao Comitê de Mobilidade **Sra. Mila Batista**, faz uma breve contextualização sobre o arranjo metropolitano e a importância do Comitê Técnico de Mobilidade enquanto uma das ferramentas que o Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano dispõe para fazer o planejamento urbano. Enfatiza que a função do Comitê de Mobilidade é discutir tecnicamente todas as ações, políticas projetos do estado para mobilidade e tentar ser uma instância de convergência dos pilares técnicos, das políticas que são traçadas e dos anseios dos municípios. **Sr. Charliston Moreira** informou que todo material referente ao Comitê de Mobilidade consta no site agenciarmbh.mg.gov.br/comite-tecnico-de-mobilidade.

PLANO DE MOBILIDADE

Passando para o próximo item da pauta, a **Sra. Mônica Lanna**, Subsecretária de Transportes e Mobilidade da SEINFRA, faz uma contextualização sobre o Plano de Mobilidade abordando o fim do contrato com a consultoria contratada e a criação do Escritório de Mobilidade. O Escritório assumiu a gestão do Plano de Mobilidade que por razão da pandemia e alterações em seu conteúdo será necessário realinhar o cronograma e ações. O **Sr. Charliston Moreira** forneceu informações sobre as entregas realizadas desde 2017 e detalhou as ações presentes no cronograma de trabalho. Destacou que o Plano utilizará as práticas mais modernas do mercado como o levantamento do padrão de deslocamento da população e das cargas através de dados de celular, de bilhetagem eletrônica dos ônibus, de radares e dos documentos fiscais das transações econômicas. Essas práticas reduzem significativamente o tempo de execução, os custos, e geram informações mais precisas e de fácil atualização. Enfatizou sobre a importância dos municípios responderem ao ofício encaminhado pela SEINFRA e informa que todos os dados serão compartilhados. Após informar

que todo o material referente ao Plano de Mobilidade se encontra no link: <http://www.metropolitana.mg.gov.br/plano-de-mobilidade>, abriu-se espaço para o debate.

Debate Plano de Mobilidade:

Júlio Grillo (Prefeitura Nova Lima): Informa que acompanha o trabalho de utilização de tecnologia e acredita que esse é o caminho para a Matriz de Origem e Destino, e que é necessário implementar a integração física, logística e tarifária.

Charlston Moreira (Agência RMBH) esclarece que o Plano de Mobilidade possui a proposta de integração operacional e tarifária.

Luciano Medrado (FETCEMG/SETCEMG): Comenta que a pandemia agravou o sistema sanitário e econômico. Pergunta como se fará a integração com o Plano de Habitação de Interesse Social, se consta no PDDI e se faremos acompanhamento de programas municipais como o plano de centralidades de Belo Horizonte e de Arranjo Produtivo Local da SEDE.

Charlston Moreira (Agência RMBH) informa que todas essas questões serão consideradas, principalmente no Plano de Transporte Coletivo onde teremos a oportunidade de compatibilizar o Plano de Mobilidade com todos os outros planos. **Mila Batista (Diretora-Geral da Agência RMBH)** complementa que o PDDI precisa ser atualizado também em relação ao Rodoanel que no PDDI consta a versão de 2011 e a nova versão foi colocado em consulta pública, e ao Plano de Habitação que a SEDE está providenciando o termo de referência para sua elaboração.

Maria Caldas (Secretaria de Política Urbana de Belo Horizonte) relata que existem dados suficientes na RMBH para se desenhar o planejamento, e que mesmo com atualização, não haverá muitas alterações nas diretrizes para a mobilidade em relação às diretrizes do PDDI. Pergunta qual é a proposta para participação dos municípios na elaboração do plano.

Charlston Moreira (Agência RMBH) responde que haverá muita participação dos municípios que se dá em duas instâncias, sendo a primeira o Comitê de Mobilidade que é aberto a todos, e tem caráter consultivo e a outra é o novo Convênio que será apresentado em seguida.

Paulo Vitor Melo (Câmara Municipal de BH) sugere que considerando os dados existentes, não cabe esperar a atualização da matriz de dados, pois a matriz de 2020 não vai trazer tanta novidade, até por que será impactado também pela COVID.

Charlston Moreira (Agência RMBH) esclarece que o ano base do Plano de Mobilidade será 2019 para fugir do impacto da pandemia. Por isso serão feitas duas matrizes origem e destino por celular, uma de 2019 e outra de 2021. Isso permitirá definir a curva de tendência que precisamos conhecer. Se comparar 2019 com 2012 teremos uma queda, se comparar com 2021 a queda será brusca. A metodologia proposta aprimorará a série histórica possibilitando no futuro uma gestão em tempo real.

Diego Pessoa (Agência RMBH) complementa que a pesquisa era feita em campo e que agora será utilizado dados de celulares o que significa um ganho em otimização de recursos, tempo e periodicidade.

Luciano Medrado (FETCEMG/SETCEMG) diz que esta pesquisa não poderá ser comparada com as outras devido a desproporção da base de representatividade da amostra e ressalta que a mudança é para melhor.

Julio Grillo (Prefeitura Nova Lima) destaca que agora a capilaridade é muito maior e que não dá para comparar, e essa capilaridade aumentará na medida que se envolver mais operadoras de telefonia. Será possível refazer a matriz anualmente, programação semanal.

Jefferson Gazolla (SINDPAUTRAS/TRANSUPLE) endossa que a integração física e tarifária é esperada a muito tempo e tem esperança de que com esse trabalho seja possível entregar melhores serviços aos usuários do transporte público, pede empenho de todos pois até hoje não houve mudança.

Charlston Moreira (Agência RMBH) diz que essa também é a expectativa, que o momento é propício para que as mudanças ocorram e a participação conjunta vai contribuir para isso.

Geraldo Antônio (TRANSCON) pergunta se haverá plano do transporte de cargas na RMBH.

Charlston Moreira (Agência RMBH) reforça que esse é um dos eixos.

Luciano Medrado (FETCEMG/SETCEMG) relata que o desenho que foi apresentado não vê caminhão, mas setas que indicam abastecimento urbano e que por isso é um plano de abastecimento.

Geraldo Antônio (TRANSCON) enfatiza que a metropolização já se faz presente, é necessário apresentar um plano que atenda as necessidades das pessoas, as passagens estão caras e o método favorece quem opera, este é o desafio colocado. Contagem está aberta para o diálogo e que é preciso sair da municipalização do transporte e partir para a metropolização do transporte.

Sérgio Carrato (Ferrovia MRS) pergunta como o Plano Estratégico Ferroviário - PEF irá interagir com o Plano de Mobilidade.

Mônica Lanna (SEINFRA) responde que o Plano Estratégico Ferroviário é um portfólio de projetos que será pensado após a entrega. A integração entre as equipes do Escritório de Mobilidade e do Plano Estratégico Ferroviário já está sendo feita. **Charlston Moreira (Agência RMBH)** complementa que várias pessoas do PEF fazem parte do Escritório de Mobilidade e com certeza as questões estão alinhadas e serão consideradas no Plano de Mobilidade.

Renata Oliveira (CEFET-MG) fala sobre a importância de se ter uma visão de futuro voltada para sustentabilidade para além da mera projeção de dados de viagens e que estamos em um momento de mudança de padrões.

Charlston Moreira (Agência RMBH) afirma que espera contar com as universidades e que a tecnologia vai contribuir muito no processo, aumentando a confiabilidade dos resultados, no raio X de projeção de demanda para o futuro. **Paulo Góes (Agência RMBH)** complementa que as diretrizes vão além das tendências. O que se deseja para além das projeções das tendências é orientados por estas diretrizes.

Eriênio Souza (BHTRANS) destaca que os veículos mudaram, mas nada mudou. Como morador de Contagem ele está muito feliz com o comentário do Sr. Geraldo Antônio (TRANSCON) e a preocupação em racionalizar o transporte.

Humberto Torres (PUC Minas) que é da área da computação urbana diz que tem se esforçado para trazer novas fontes de dados para cruzamento com os dados das matrizes e identificação mais detalhada das viagens.

Charlston Moreira (Agência RMBH) diz que também serão utilizados dados de radares e bilhetagem eletrônica e que uma matriz poderá ser feita de forma regular por ser feito por meio de sistemas.

Marcelo Amaral (Movimento Nossa BH) diz que o plano apresentado está de acordo com o que se espera, mas que ainda está preocupado sobre o atingimento dos resultados, uma vez que se tem os 4 planos separados.

André Veloso (Movimento Nossa BH) ressalta que estamos em momento de inflexão histórica, temos que dar respostas a altura, os planos propostos são fundamentais. Vamos passar por uma estruturação da BHTRANS e ela precisa estar alinhada com o olhar metropolitano.

Dimas Gazzola (UFMG) salienta que devemos refletir sobre a cidade que desejamos para o futuro na elaboração dos planos. Não se deve apostar todas as fichas apenas nas análises dos dados, mas deve-se conjugar os dados com técnicas de cenários, reduzir a necessidade de transporte e deslocamento. Ressalta que os eixos principais estão muito bem colocados.

Charlston Moreira (Agência RMBH) conclui o debate dizendo que queremos ser referência e que também teremos reuniões para tratar de temas específicos.

CONVÊNIO 597/2018

Na oportunidade, foi passada a palavra para o **Sr. Gabriel Farjado**, Superintendente de Transporte Intermunicipal e Metropolitano da SEINFRA que explicou os motivos que levaram a descontinuidade do Convênio 597/2018. A Procuradoria da SEINFRA aconselhou a descontinuidade justificada pela ausência de notas técnicas e jurídicas que deveriam ter sido produzidas na realização do Convênio, além do plano de trabalho não estar satisfatório. Portanto, sugere-se um novo instrumento que está em elaboração pela SEINFRA, Agência RMBH e BHTRANS.

Tratou-se também sobre o Cartão Metropolitano de Gratuidade cuja Resolução Nº001/2018 está válida, porém com necessidade de ajustes.

Debate sobre o Convênio 597/2018

Junior Silva (Movimento Nacional pelo Direito ao Transporte Público - MDT) questiona o por que da demora para conclusão do convênio que é de 2018, deveria ter cartões unificados e ter sido apresentada uma proposta de subsídio para o transporte público.

Gabriel Farjado (SEINFRA) diz que é necessário entender as limitações que os instrumentos tem, uma nova minuta está sendo elaborada com diálogo, a resolução da gratuidade está válida, mas precisa ser revista, a questão da integração será mantida no novo convênio.

Mônica Lanna (SEINFRA) ressalta que o principal é que existe uma convergência de entendimentos sobre a importância da integração, não achamos nenhum documento referente ao convênio que existia, por isso o jurídico aconselhou a descontinuidade. Em pouco tempo conseguiremos fazer um convênio com segurança jurídica e estamos tomando medidas para que o cartão do idoso saia muito rápido, em 2 ou 3 meses teremos um resultado prático para apresentar.

Osias Baptista (BETA- Engenharia e Arquitetura) sugere começar a trabalhar operacionalmente ainda que sem o convênio pronto.

Gabriel Farjado (SEINFRA) diz que os diálogos estão ocorrendo.

Mônica Lanna (SEINFRA) complementa que um convênio não pode ser visto como empecilho para integração acontecer e esclarece que ações estão ocorrendo em paralelo com o convênio.

Mila Batista (Agência RMBH) endossa que obstáculos jurídicos sempre vão existir, o desafio é conciliar o desejo técnico com a viabilidade jurídica. A minuta está pronta e abrange as questões do convênio anterior e transcende as limitações encontradas.

Charlston Moreira (Agência RMBH) complementa dizendo que estamos buscando efetivar a integração e que o convênio vai apenas materializar.

Jeferson Gazolla (SINDPAUTRAS/TRANSUPLE) diz que é importantíssimo essa questão da inclusão do subsídio no transporte público de passageiros, pois sem o subsídio ocorrerá o sucateamento dessa prestação de serviços essencial à população.

Charlston Moreira (Agência RMBH) responde que a avaliação do subsídio está contemplada nos estudos do Plano de Mobilidade.

Gabriel Farjado (SEINFRA) informa há um diálogo aberto com as concessionárias principalmente sobre as contas que são apresentadas em virtude da pandemia com o objetivo de não onerar os usuários. E que esse é um debate em curso entre o poder concedente e a concessionária por que é um pedido de reequilíbrio dentro de uma relação contratual.

Mônica Lanna (SEINFRA) complementa que a questão do subsídio, como temos contratos de concessão, tem que ser vista no contexto de análise dos contratos como um todo.

Jeferson Gazolla (SINDPAUTRAS/TRANSUPLE) pergunta se a questão também está sendo tratada no âmbito do município de Belo Horizonte.

Eriênio Souza (BHTRANS) responde que todos querem integrar, mas precisamos nos perguntar se vamos rever nossos contratos e modificar as coisas que não gostamos. Informa que de acordo com as falas do Presidente da BHTRANS na câmara dos vereadores, foi dada ordem pelo prefeito de rever esses contratos e fazer essas modificações. A integração com o metropolitano e com outros modos é de interesse sim e estão se esforçando para alterar essa questão contratual. O transporte é um direito social e o subsídio necessário.

André Veloso (Movimento Nossa BH) afirma que se não enfrentarmos os empresários vamos continuar a ver uma estação ao lado da outra que usam cartões diferentes. É necessário garantir a retomada do controle da arrecadação tarifária e da remuneração dos empresários. Se fizer a remuneração de forma integrada vamos continuar vendo convênios e planos sendo elaborados e colocados na gaveta.

Charlston Moreira (Agência RMBH) diz que essas questões devem ser discutidas mesmo sem nenhum pudor e por isso que estamos em um ambiente de discussão tão plural.

Julio Grillo (Prefeitura Nova Lima): Ainda sobre a fala do Júnior Silva (MDT), reforça que é importante dizer que existe tecnologia para realizar a integração. A questão da fuga de passageiros do sistema de transporte público deve ser repensada. A segregação de uma parte do sistema viário para o transporte público deve ocorrer não só para as troncais como BH fez, mas também para as alimentadoras. Para que a cidade possa andar, precisamos planejar a segregação de vias. Isso tem que ser pensado junto a um grande sistema de mobilidade da região metropolitana. O aumento da velocidade média do transporte público faz com que o custo da tarifa caia.

Geraldo Antônio (TRANSCON) deve caminhar ao mesmo tempo a integração tarifária e a política tarifária. O Sistema de transporte público não pode ter somente um pagador que é aquele que o utiliza. Não existe gratuidade, os custos estão sendo divididos entre os usuários. Esse modelo de reajuste tarifário é muito perverso. Ou avançamos com isso ou vamos ver a fuga do transporte coletivo de forma acelerada. Contagem está pronto para discutir a integração tarifária, e tirar das costas do usuário o custo do transporte coletivo que é responsabilidade de todos, pois o modelo atual sempre foi pensado na lógica do empresário.

Luciano Medrato (FETCEMG/SETCEMG) se coloca contra o subsídio, pois não concorda em colocar recurso público em um serviço que é ineficiente, de baixa eficácia e produtividade, e que não atende a demanda da população. É preciso rever o modelo de financiamento da tarifa, quem paga hoje é só o usuário de baixa renda, o que é injusto, nesse sentido não existe gratuidade. Hoje tem um sistema que se sobrepõe, é necessário conceber uma nova rede com linhas de alimentação troais integradas. Salienta a importância de considerar o modelo de habitação de interesse social no Plano de Mobilidade, o modelo encarece o sistema de transporte pois ele aumenta a distância das viagens. É a favor de rever o modelo como um todo e criar uma matriz metropolitana de viagens considerando todos os modos de transporte. O modelo é todo baseado na demanda que tem caído drasticamente.

Gabriel Farjado (SEINFRA) reforça que a SEINFRA está realizando diálogos com as empresas de transporte em virtude do modelo atual defasado que não representa as melhores práticas regulatórias. Não temos controle a respeito dos dados da demanda, da receita, nós enquanto gestores públicos não vamos financiar um setor que não acreditamos no modelo vigente. Estamos provocando as empresas para que esse modelo obsoleto possa ser revisitado e chamando as concessionárias para o debate.

Linderberg (IBIRITRANS) informa que a IBIRITRANS está a disposição para participar dos diálogos. Em Ibirité, os ônibus geridos pela IBIRITRANS entram fisicamente no terminal metropolitano, existe a integração tarifária onde os usuários utilizam o mesmo cartão no transporte municipal e metropolitano.

André Veloso (Movimento Nossa BH) diz que é evidente que precisamos de subsídio. A gente está em um sistema de remuneração do transporte regressivo na renda e em um ciclo vicioso de perda de demanda

e precarização. Precisamos vincular a renovação da gestão e do financiamento do transporte a parâmetros operacionais que o estado tenha controle e a sociedade civil também, e que não seja caro.

Osias Baptista (BETA- Engenharia e Arquitetura) muitas pessoas perderam o emprego e compraram moto para trabalhar como entregador de aplicativo e essas pessoas não vão retornar ao transporte público.

Paulo Victor Melo (Câmara Municipal de BH) recebemos na Câmara Municipal de Belo Horizonte o presidente da BHTRANS e muito do que ele falou é no sentido de focar no pagador de tarifa, da mudança da forma de enxergar a RMBH focando na tecnologia, mudar os contratos, a forma de vínculo.

Júnior Silva (MDT) se declara totalmente a favor do subsidio do transporte público, isso não é dar dinheiro para as empresas não, é financiar parte do custo do serviço público que é o transporte público, lembrando que quem usa é a população mais vulnerável. Houve subsidio para o setor aéreo e ninguém reclamou. Então, por que o transporte público, enquanto política pública, não pode ter subsídio? Pergunta se é preciso ter ou não o convenio ou falta vontade política para integração tarifária.

ALTERAÇÕES NO REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ TÉCNICO DE MOBILIDADE

Dando continuidade aos temas em pauta, o **Sr. Charliston Moreira (Agência RMBH)** retoma a apresentação para falar sobre o Regimento Interno do Comitê de Mobilidade, cita a Deliberação Normativa Nº 5/2010 que cria o CTmob e a Deliberação Normativa Nº 10/2011 que homologa o Regimento Interno. Esclarece que houve alterações no regimento interno aprovadas pelo Comitê de Mobilidade nas reuniões realizadas em 25/08/2015 e em 28/09/2015, mas que não foram publicadas. Atualmente o regimento não é cumprido quanto a formalização dos representações, periodicidade das reuniões, e o papel do comitê. Com o objetivo de regularizar a situação este temas foram colocados em discussão.

O regimento fala que deve ter indicação formal dos representantes do comitê o que não ocorre atualmente. Perguntados sobre a necessidade de formalização dos representantes, os presentes concordaram que a representação deve ser aberta, mantendo da forma como está, sem a necessidade de formalização.

O Regimento Interno fala que as reuniões do Comitê deve ser mensais. Perguntados quanto a definição da periodicidade das reuniões, os presentes chegaram ao consenso de que as reuniões devem ocorrer conforme as demandas, mas com a periodicidade máxima de três meses. Sendo necessário, paralelo a isso, criar um grupo de e-mail para manter os membros do Comitê informados das atividades. Foi sugerido também que as reuniões permaneçam virtuais mesmo pós pandemia.

Sobre a mudança do papel do comitê foi decidido que essa questão é um pouco mais complexa para ser deliberada nesta oportunidade e foi solicitado mais tempo para que os participantes estudem as deliberações e opinem. As deliberações serão encaminhadas por e-mail

Mila Batista (Agência RMBH) agradece a presença de todos e reforça que hoje se tem uma possibilidade de mudança muito grande, e que a expectativa é de que a nossa região metropolitana seja referência para além do que ela já é, que ela seja uma referência de mobilidade, de integração operacional, logística e tarifária, de transporte público de qualidade e digno para os cidadão metropolitano. Desta forma a reunião é encerrada por volta das 18 horas.



Documento assinado eletronicamente por **Diego Pessoa Santos, Servidor(a) Público(a)**, em 29/03/2021, às 10:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Henrique Góes Pinto, Servidor Público**, em 29/03/2021, às 10:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Newton de Carvalho Júnior, Servidor(a) Público(a)**, em 29/03/2021, às 10:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Ribeiro Fajardo, Subsecretário**, em 07/04/2021, às 17:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Charlston Marques Moreira, Diretor**, em 08/04/2021, às 13:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **27223394** e o código CRC **D1BF92FD**.

Referência: Processo nº 2430.01.0000033/2020-85

SEI nº 27223394